



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO

EDITAL

JOSÉ LUÍS NUNES MARQUES MÓNICA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO, faz saber que em reunião da Assembleia Municipal de Redondo, realizada no dia **22 de fevereiro de 2018**, foi aprovada, por maioria e em minuta, a moção apresentada pelos membros da CDU e que de seguida se transcreve:

“Os serviços dos correios, ao longo da nossa história e durante mais de 500 anos, sempre prestaram um serviço público e social de proximidade às populações, tanto urbanas como rurais, com esse trabalho granjearam o respeito, a simpatia e o carinho das populações e das entidades.

Em 2013 o governo PSD/CDS iniciou um processo para liquidar este serviço público, privatizando 70% dos CTT e em Setembro de 2014 alienaram a restante empresa, ficando esta com 100% de capital privado. Contudo o Contrato de Concessão, celebrado entre o Estado e a empresa privada, obriga a que esta preste um serviço público de qualidade conforme está definido na Lei de Bases da Concessão. Mas nada disto é respeitado, a administração da empresa prossegue um caminho contrário ao estipulado na Lei, o seu único objetivo é garantir aos novos donos de capital estrangeiro, que estes recebam de volta, o mais rapidamente possível, o dinheiro que investiram, assim como, aproveitarem a rede dos CTT para implantar um Banco a nível nacional. Toda esta estratégia tem tido o silêncio do atual governo, permitindo assim a violação grosseira do Contrato de Concessão.

Entretanto, esta empresa privada, tem uma estratégia, para que às custas dos dinheiros públicos, e através das autarquias, que estas assumam o serviço postal, o que é ilegal, pois o serviço público não pode subsidiar empresas privadas, tudo isto com a complacência do governo.

O estado tem a responsabilidade de garantir os serviços postais às populações de forma que todos sejam tratados por igual, o serviço postal a par de outros e em particular das zonas mais isoladas, pois trata-se de um serviço social que não podemos permitir continuar a assistir à sua destruição. A linha que está a ser seguida já levou ao despedimento de centenas de trabalhadores e ao encerramento de vários serviços dos CTT.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO

Face ao exposto a Assembleia Municipal de Redondo, reunida em 22/02/2018 delibera:

- *Exigir ao Governo que intervenha para travar o desmantelamento desta empresa, e atempadamente reverta para o Estado o Serviço Postal, por incumprimento do Contrato de Concessão por parte dos CTT;*
- *Existindo um plano de encerramento de mais serviços postais, bem como o despedimento de mais trabalhadores até 2020, muitos desses serviços no Alentejo, se solicite ao governo que exija aos CTT, a confirmação dessa lista.*
- *Exigir que os órgãos autárquicos do Concelho de Redondo nunca assumam qualquer responsabilidade do Serviço Postal Privado, caso no futuro, se venha a colocar em causa a Estação dos CTT de Redondo.*
- *Aprovada a moção, deverá ser remetida ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao Governo e aos Grupos Parlamentares, assim como, disponibilizada no site e nos locais habituais da Município de Redondo e enviada à Comunicação Social.”*

Redondo, aos 26 de fevereiro de 2018

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

JOSÉ LUÍS NUNES MARQUES MÓNICA